**TERMO DE REFERÊNCIA**

Considerando as disposições da Lei nº. 14.133/2021 e suas posteriores alterações e dos Decretos municipais nos 936/2022 e 922/2022, bem como conforme exposto e fundamentado no Estudo Técnico Preliminar, ante ao interesse público, a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR, realizará processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando **AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE MOBILIÁRIO ESPECÍFICO COMPOSTO POR ESTANTES, PRATELEIRAS, ARMÁRIOS, ESTAÇÕES DE TRABALHO E GAVETEIROS**, a fim de atender às necessidades da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR.

1. **DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
   1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição e montagem de mobiliário específico composto por estantes, prateleiras, armários, estações de trabalho e gaveteiros, a fim de atender as necessidades da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR**,** nos termos da tabela e descrições abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Unid.** | **Cód. CAT** | **Descrição** | **Marca** | **Quant.** | **Imagem Ilustrativa** |
| **1** | Unid. | **MO1000** | **Estantes com 5 prateleiras reforçadas para depósito/ almoxarifado/ guarda de Materiais e Medicamentos**  Capacidade de carga de 200kg por prateleira.  Dimensões aproximadas de: A 2045mm x L 1220mm x P 530mm.  Fabricada em Polímero de Alta Densidade com proteção antimicrobiana.  Estante composta por 05 Prateleiras de polímero à prova de corrosão, com aletas removíveis e laváveis.  Injetadas em polipropileno com proteção antimicrobiana.  Ajuste a cada 25mm com identificação numérica em todos os perfis.  Conector das prateleiras em nylon injetado sob pressão.  Perfis estruturais revestidos em epóxi plástico com espessura de 2mm, resistente à abrasão na **cor Cinza Claro ou Branco**.  04 Rodízios de 125mm de diâmetro de fácil manobrabilidade, com garfo e aro em nylon 6 injetado sob pressão e banda de rodagem em borracha vulcanizada, com dureza 90 shore "A", sendo 2 com travas de fácil acionamento e 2 sem travas. Garantia de 12 meses. | LANCO | **58** |  |
| **2** | Unid. | **LT7050** | **Estação de Trabalho Simples com Nichos e Bins para Materiais e Medicamentos**  A 1700mm x L 1610mm x P 600mm;  Perfis estruturais laterais em chapa de aço fosfatizada;  Tampo intermediário em aglomerado BP 18mm revestido em fórmica na cor Cinza  Claro;  Bordas em PVC 3mm com acabamento arredondado;  3 prateleiras fixas em chapa de aço fosfatizada para colocação das caixinhas;  6 caixinhas de A 60mm x L 267mm x P 320mm em policarbonato na cor Cinza Claro;  24 caixinhas de A 100m m x L 132mm x P 320mm em policarbonato na cor Cinza Claro;  15 nichos acoplados na parte inferior da estação em aglomerado BP 28mm e 18mm  revestido em fórmica na cor cinza claro com bordas em PVC 3mm com acabamento  arredondado;  Travessa inferior para reforço fabricada em aço fostatizado;  Rodízios de 100mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem travas e 2 com travas de fácil acionamento;  Pintura eletrostática a pó **cor Branco ou Cinza Claro** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses. | LANCO | **1** |  |
| **3** | Unid. | **LI1252** | **Bancada Auxiliar em Aço Inox pra Apoio no Fracionamento**  Medidas aproximadas: A 900mm x L 1200mm x P 450mm;  Estruturas reforçadas, fabricadas em perfis e colunas estruturais, com tampo amplo de trabalho, ambos em chapa de aço inox escovado, com estrutura reforçada  Capacidade de peso aproximadamente: 100kg.  Chapa inox espessura mínima de 1mm, com dobras rebatidas, formando arestas arredondadas, de fácil assepsia. Com 04 Rodízios de 100mm de diâmetro, totalmente inoxidáveis, com garfo e aro em nylon 6 injetado sob pressão e banda de rodagem em poliuretano Thermollan TC 9005A com dureza 90 shore “A”, resistentes a hipoclorito de sódio, sendo 2 com trava de fácil acionamento e 2 sem trava.  O acabamento da bancada deve ser inox escovado.  Garantia de 12 meses. | LANCO | **1** |  |
| **4** | Unid. | **LT1220** | **Estações de trabalho com cestos grandes para mat/ med**  Dimensões aproximadas de A 1700mm x L 1610mm x P 450mm  Perfis estruturais em chapa de aço fosfatizada;  5 prateleiras em chapa de aço fosfatizada onde serão montados os cestos;  5 cestos em chapa fosfatizada com furações para colocação de divisórias removíveis, a cada 60mm;  2 divisórias removíveis em chapa de aço fosfatizada por cesto;  Acompanha etiqueta de identificação por toda a extensão do cesto;  Travessa de reforço em chapa de aço fosfatizada;  Rodízios de 100mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem travas e 2 com travas de fácil acionamento;  Na **cor Branco ou Cinza Claro** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses. | LANCO | **2** |  |
| **5** | Unid. | **LT1000** | **Estação de Trabalho Simples com Bins para Materiais e Medicamentos**  Medidas aproximadas de A 1700 x L 1610 x P 600mm;  Perfis estruturais em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  3 Prateleiras em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada totalmente desmontáveis com regulagem de altura, com 18 caixas de A 100mm x L 267mm x P 320mm em policarbonato na cor cinza claro;  Tampo em aglomerado BP 18mm revestido em fórmica na cor cinza claro;  Bordas em PVC 2mm com acabamento arredondado;  Travessa de reforço em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  Pés em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  Rodízios de 100mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem trava e 2 com trava de fácil acionamento  **Cor Branco ou Cinza Claro** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses. | LANCO | **2** |  |
| **6** | Unid. | **LT1150** | **Estações de trabalho com bins, para dispensação de medicamentos**  Dimensões aproximadas: A 1700mm x L 1610mm x P 450mm;  Perfis estruturais em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  7 Prateleiras em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada, totalmente desmontáveis com regulagem de altura, com fundo vazado;  24 Caixas de A 60mm x L 67mm x P 320mm em policarbonato na cor cinza claro;  12 Caixas de A 60mm x L 132mm x P 320mm em policarbonato na cor cinza claro;  24 Caixas de A 100mm x L 132mm x P 320mm em policarbonato na cor cinza claro;  18 Caixas de A 100mm x L 267mm x P 320mm em policarbonato na cor cinza claro;  Travessa de reforço em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  Pés em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada;  Rodízios de 100mm de diâmetro com garfo em nylon e banda de rodagem em poliuretano, sendo 2 sem trava e 2 com trava de fácil acionamento;  Cor **Branco ou Cinza Claro** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses. | LANCO | **4** |  |
| **7** | Unid. | **FA7000E19773** | **Módulo de farmácia com gavetas com divisórias para guarda de medicamentos Unitarizados**  Dimensões aproximadas de A 2120mm x L 600mm x P 670mm, com montagem modular com dimensões normalizadas, fabricado com estrutura de chapa de aço laminada a frio SAE 1010 fosfatizada;  12 Gavetas de 125mm de altura e 01 gaveta de 253mm de altura, com lateral de alumínio, com Sistema de trilhos telescópicos totalmente em alumínio possibilitando a abertura de 100% da gaveta, com frontal em chapa de aço, fundo em policarbonato transparente de 3mm de espessura nas gavetas superiores.  Capacidade de carga por gaveta: 50Kg. Profundidade útil: 600mm, com sistema de divisórias das gavetas possibilitando flexibilidade de montagens internas, totalmente construído em policarbonato injetado translúcido, com cantos arredondados. A cada 6mm (no mínimo), deve ser possível colocar uma divisória.  Cada Gaveta deverá conter 15 divisórias, sendo 5 por fileira.  Acabamento em pintura eletrostática a pó a base de resina poliéster com espessura média de 80 microns e grau de aderência GR0, conforme DIN 53151, com tempo de exposição de 12 minutos a 200°C, **na cor Branco ou Cinza** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses | LANCO | **2** |  |
| **8** | Unid. | **LT2010** | **Estação de trabalho fechada para medicamentos controlados**  Dimensões aproximadas; A 1900mm x L 900mm x P 450mm;  Estrutura em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada  4 prateleiras em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada, com regulagem de altura  Porta bi-partida em chapa de aço SAE 1010 fosfatizada com abertura 120° e sistema de fecho;  C**or Branco ou Cinza** com acabamento Microtexturizado.  Garantia de 12 meses | LANCO | **2** |  |
| **9** | Unid. | **FA7000E30112** | **Módulo de farmácia com gavetas com divisórias para guarda de medicamentos Unitarizados, todas gavetas com frontal na cor Preta, para alerta/ identificação visual**  Dimensões aproximadas de A 2120mm x L 600mm x P 670mm, com montagem modular com dimensões normalizadas, fabricado com estrutura de chapa de aço laminada a frio SAE 1010 fosfatizada.  12 Gavetas de 125mm de altura e 01 gaveta de 253mm de altura, com lateral de alumínio, com sistema de trilhos telescópicos totalmente em alumínio que possibilita abertura de 100% da gaveta, com frontal em chapa de aço, com fundo em policarbonato transparente de 3mm de espessura nas gavetas superiores.  Capacidade de carga por gaveta: 50Kg. Profundidade útil: de 600mm, com sistema de divisórias das gavetas totalmente construído em policarbonato injetado translúcido, com cantos arredondados.  A cada 6mm (no mínimo), é possível colocar uma divisória.  Gavetas com 15 divisórias, sendo 5 por fileira.  Acabamento em pintura eletrostática a pó a base de resina poliéster com espessura média de 80 microns e grau de aderência GR0, conforme DIN 53151, com tempo de exposição de 12 minutos a 200°C, **na cor Branco ou Cinza** com acabamento Microtexturizado, e frontais das **gavetas na cor preta**. Garantia de 12 meses | LANCO | **2** |  |
| **10** | Unid. | **LI1252E30113** | **Bancada Auxiliar em Aço Inox pra Apoio no Termolábeis**  Montagem modular reforçada, com dimensões normalizadas e ergonômicas de aproximadamente A 900mm x L 1200mm x P 400mm.  Estruturas reforçadas, fabricadas através de perfis e colunas estruturais em chapa de aço inox escovada, com tampo amplo de trabalho em chapa de aço inox escovado, com estrutura reforçada.  Capacidade de peso aproximada:100kg.  Chapa inox: espessura mínima de 1mm, com dobras rebatidas, formando arestas arredondadas.  04 Rodízios de aproximadamente 100mm de diâmetro, totalmente inoxidáveis, com garfo e aro em nylon 6 injetado sob pressão e banda de rodagem em poliuretano Thermollan TC 9005A com dureza 90 shore “A”, resistentes a hipoclorito de sódio, sendo 2 com trava de fácil acionamento e 2 sem trava.  Acabamento da bancada em inox escovado.  Garantia de 12 meses | LANCO | **1** |  |

* 1. As informações constantes na tabela e nos subitens acima contêm a descrição dos itens que compõem o objeto do presente processo, e a indicação das unidades e quantidades estimadas, em função do consumo e utilização prováveis, no entanto, apresenta as especificações completas dos itens a serem adquiridos.
  2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 881, de 09 de agosto de 2022.
  3. Trata-se de bem comum e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme definido no Art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado;
  4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
  5. Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133/2021, é de esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, só constam no referido catálogo os itens padronizados água mineral natural sem gás[[1]](#footnote-1) , café e açúcar[[2]](#footnote-2).
  6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
   1. A presente contratação se fundamenta na necessidade de equipar o Almoxarifado Farmacêutico da FEMAR com mobiliários específicos, visando a organização e o armazenamento correto de medicamentos e insumos, visto que a Fundação será responsável pelo abastecimento de materiais e medicamentos das redes de atenção especializada e básica do Município.
   2. Observando a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 157, que dispõe sobre Boas Práticas Farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências, faz -se necessário a correta adequação do espaço, uma vez que, para os insumos ou medicamentos chegarem aos usuários, os mesmos devem ser armazenados de forma segura, organizada e atendendo a todas as normas previstas na regulamentação pertinente.
   3. Ainda sobre a resolução supracitada, a Anvisa relata que os produtos devem ser armazenados em gavetas, prateleiras ou suporte equivalente, afastados do piso, parede e teto, a fim de permitir sua fácil limpeza e inspeção. A instituição que realizar dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial deve dispor de sistema segregado (armário resistente ou sala própria) com chave para o seu armazenamento, sob a guarda do farmacêutico, observando as demais condições estabelecidas em legislação específica.
   4. Serão armazenados medicamentos – na forma farmacêutica de comprimidos, solução, suspensão, gel, pomada, injetáveis – medicamentos termolábeis (como insulinas), controlados e itens inflamáveis, com características específicas e um padrão de organização ideal por setores, além de materiais médico-hospitalares como seringas, agulhas, equipos, compressa de gaze, ataduras, entre outros.
   5. Esses insumos e medicamentos serão armazenados no almoxarifado farmacêutico, a adequação do espaço com os mobiliários específicos, permitirá área de recebimentos que possibilitem a recepção e conferência dos itens, de expedição comespaço para separação e fracionamento, entrada e a saída dos produtos, que devem estar em locais separados e independentes, além das áreas já citadas anteriormente, áreas para controlados, quarentena, inflamáveis e espaços para grandes volumes (cloreto de sódio e água destilada e entre outros).
   6. Este mobiliário viabilizará o armazenamento adequado com controle de temperatura, refrigeração dos produtos termolábeis e identificação dos setores específicos, bem como a organização dos medicamentos conforme forma farmacêutica e classe farmacológica, visto que apresentam características padronizadas de umidade, temperatura e estabilidade.
   7. Cumpre esclarecer que após estudo das especificações técnicas do objeto e conforme justificado em nota técnica - **Anexo B,** a marca LANCO apresenta exclusividade, visto que ela é especialista em mobiliários para estabelecimentos de saúde.
   8. Como exposto, aquisição do objeto é indispensável, pois a ausência do mobiliário em questão poderá trazer prejuízos inestimáveis a Fundação e consequentemente a todos os usuários do serviço público de saúde, inviabilizando o processo de dispensação de medicamentos e materiais para as unidades de saúde, sob responsabilidade da FEMAR.
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
   1. Conforme exposto, a solução escolhida com base em critérios técnicos e econômicos para suprir a presente necessidade é a aquisição e montagem de mobiliários específico, composto por estantes, prateleiras, armários, estações de trabalho e gaveteiros, para a organização e o armazenamento correto de medicamentos e insumos, visto que os mesmos, apresentam características padronizadas de umidade, temperatura, estabilidade e que são considerados produtos para a saúde.
   2. O objeto da presente aquisição, deve ser fornecido por empresa especializada no fornecimento e montagem de mobiliário, visando atender a demanda da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR, com a finalidade de preservar o caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais, assim como reduzir os custos e também, agindo de forma planejada, a fim de prevenir riscos e prejuízos ao Erário e no atendimento às atividades precípuas da Administração Pública.
   3. Os critérios de sustentabilidade – melhor especificados nos subitens 4.1 a 4.4 do presente Termo de Referência – devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade, embalagem), distribuição, uso e destinação final, na forma prevista no art. 6º, XXIII, “c” da Lei n.º 14.133/21.

**Das Condições**

* 1. A Contratada deverá atender as exigências previstas na Lei n.º 14.133/2021, sob pena de desclassificação da sua proposta.
  2. A Contratada deverá garantir a qualidade dos mobiliários ofertados, ficando sujeita às penalidades previstas quando os entregar em desconformidade com o que foi contratado, devendo realizar a substituição em caso de defeito no objeto contratado, correndo todo o ônus por sua conta.
  3. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da contratação.
  4. Quando for o caso, os volumes contendo os materiais deverão estar identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.
  5. A empresa contratada deverá, no tocante a entrega do objeto, obedecer a todas às disposições legais pertinentes.
  6. A empresa a ser contratada deverá fornecer todos os elementos necessários ao cumprimento do objeto contratual, não sendo computadas qualquer falta de material/equipamentos.
  7. O produto será recusado inteiramente caso seja entregue em desconformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta vencedora, e/ou seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo, apresente vícios ou defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.
  8. Caso ocorram reclamações sobre a qualidade dos produtos fornecidos, a Contratada deverá providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela fiscalização.

1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
   1. A contratada deverá observar o atendimento dos seguintes requisitos:
      1. A RDC nº 50 de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa define o dimensionamento mínimo das áreas necessárias para o funcionamento e realização do armazenamento adequado de materiais e medicamentos. As áreas definidas são: área para termolábeis, inflamáveis, não inflamáveis, quarentena, medicamentos controlados, saneantes, expedição, recebimento e fracionamento.
      2. Segundo a RDC nº 304 de 17 de setembro de 2019 da Anvisa, armazenamento é a guarda, manuseio e conservação segura de medicamentos e materiais a partir do conjunto de ações que asseguram a qualidade, por meio do controle adequado durante o processo de armazenagem e utiliza-se de ferramentas para proteger o sistema de armazenagem contra itens falsificados, reprovados, ilegalmente importados, roubados, avariados e/ou adulterados.
      3. Ainda segundo a RDC nº 304 as instalações devem ter dimensão compatível com o volume das operações realizadas, devem apresentar superfícies lisas, sem rachaduras e sem desprendimento de pó, para facilitar a limpeza e evitar contaminantes.

**Da Sustentabilidade**

* 1. Os critérios de sustentabilidade devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto quais sejam: produção (extração, qualidade, embalagem), distribuição, uso e destinação final.
  2. Além dos critérios de sustentabilidade citados eventualmente ao longo deste Termo de Referência, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
     1. A Contratada deve responsabilizar-se pela correta destinação final de todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias);
     2. Os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
     3. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pelos Órgãos de Controle;

**Da Amostra**

* 1. Não haverá exigência de amostra da contratação.

**Da utilização de marca/produto na execução do objeto**

* 1. Na presente aquisição será admitida a indicação da marca LANCO, visto que ela é especialista em mobiliários para estabelecimentos de saúde, sendo a única capaz de atender as necessidades da FEMAR, conforme amplamente exposto no item 2 deste documento e nota técnica conforme **Anexo B,** na forma autorizada pela norma extraída do Art. 41, I, alínea 'c' da Lei n.º 14.133/2021.

**Da Subcontratação**

* 1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Da Garantia da contratação**

* 1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, por se tratar de objeto de baixo risco e complexidade, conforme descrito no item 1 – Das Condições Gerais da Contratação deste Termo de Referência.

1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**Do Prazo e Local de Entrega**

* 1. Após a comunicação formal da Contratante, o fornecedor terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, para a entrega dos mobiliários, em remessa única, no Almoxarifado Geral da FEMAR, localizado na Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, Km 37 – Manoel Ribeiro, CEP. 24927-420, Maricá, das 9h às 16h, em dias úteis, quando serão apontados todos os vícios aparentes remanescentes de sua entrega.
  2. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no subitem anterior, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior devidamente justificado, **sob pena da aplicação das sanções cabíveis**.
  3. Os itens devem ser entregues, acondicionados em embalagens que evitem deterioração do material e preserve a integridade.
  4. Toda logística para entrega do objeto da contratação no endereço informado ficará integralmente por conta da Contratada.

**Da Montagem e Instalação**

* 1. O mobiliário deve passar por **montagem e instalação** em **6 (seis) dias úteis** após a entrega do mobiliário, para permitir avaliação técnica quanto a possíveis vícios ou defeitos de fabricação, ficando com os custos desse procedimento.
  2. Todos os custos de montagem e instalação ficam por conta da Contratada. Bem como fica responsável por todo e qualquer dano que venha causar durante a entrega e instalação do material (vidros, pisos, revestimentos), assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

**Da Garantia**

* 1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e alterações subsequentes.
  2. Para o mobiliário deverá ser exigida **garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses**, sendo os primeiros 90 (noventa) dias de garantia legal na forma que os fabricantes disponibilizarem para todo o mercado (Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078, de 1990) e os demais, caso o fabricante não forneça, pela CONTRATADA.
  3. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido.
  4. A garantia referida anteriormente deve ser também contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, mesmo após sua aceitação pela unidade gestora da presente aquisição.

1. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO
   1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
   2. As comunicações entre a FEMAR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
   3. A FEMAR poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
   4. A execução do Contrato e a respectiva aquisição dos mobiliários serão acompanhados e fiscalizados por 02 (dois) funcionários a serem designados pela Diretoria Requisitante da FEMAR, na condição de representantes da CONTRATANTE.
   5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.
      1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, recomendando o que for necessário a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
      2. Informar ao gestor do contrato, as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
      3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do contrato para a adoção das medidas necessárias;
   6. O Gestor do Contrato deverá coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.
   7. A Fiscalização técnica deverá acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeitos de pagamento conforme o resultado pretendido pela Diretoria Requisitante.
   8. Elaborar relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações quanto à execução do contrato, concluindo com as lições aprendidas, como forma de aprimoramento das atividades da FEMAR.

**Do Reajuste**

* 1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme art. 25, § 7° da Lei n.º 14.133/2021.
  2. Após o interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**Do Recebimento**

* 1. O recebimento do objeto, pela FEMAR, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no inciso II, alíneas a e b do artigo 140 da Lei Federal nº. 14.133/21:
     1. O **recebimento provisório** ocorrerá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
     2. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da conformidade do objeto descrito neste Termo de Referência e consequente aceitação mediante termo de recebimento.
  2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da entrega do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;
  3. Qualquer produto será recusado inteiramente caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora, bem como seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo, apresente vícios ou defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, ou em quantidade inferior ao estabelecido.
  4. No caso de recusa do produto, conforme previsto no subitem anterior, a empresa contratada deverá substituí-lo em no máximo **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da comunicação oficial feita pela FEMAR. No mais, os prazos indicados, durante seu transcurso, poderão ser prorrogados por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, desde que haja anuência expressa do Contratante;

**Do Pagamento**

* 1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da entrega definitiva, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
  2. A Nota Fiscal/Fatura relativa à cobrança deverá ser emitida em nome da Fundação Estatal de Saúde de Maricá, CNPJ: 462186980001-17.
  3. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo contratado, na forma do Art. 55, §3º, inc. III do Dec. Municipal n.º 936/2022.
  4. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da contratante.

1. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR
   1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço por item**, pelo modo de disputa **aberto**.

**Da Habilitação**

* 1. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação: *i.* Habilitação Jurídica (Art. 66, Lei nº 14.133/2021); *ii.* Habilitações fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei nº 14.133/2021); *iii*. Habilitação econômico-financeira (Art. 69, Lei nº 14.133/2021); e *iv.* Habilitação Técnica (Art. 67, Lei nº 14.133/2021), cujas quais serão pormenorizadas em Edital.

**Da Habilitação Técnica (Art. 67, Lei nº 14.133/2021)**

* 1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1. 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar;
2. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.
3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da sua solicitação.
5. Caso o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante tenha sido emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico do qual faz parte, o Pregoeiro deve diligenciar a fim de confirmar a sua veracidade/confiabilidade, podendo solicitar a apresentação dos documentos comprobatórios ou adotar outras medidas que entender cabíveis.
6. Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelos licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
7. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
8. Atestados de Capacidade técnica comprovando o fornecimento de todos os itens orçados pela empresa fornecedora.
9. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
   1. Caso o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada e queira utilizar-se do tratamento diferenciado a elas destinado, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, deve informar o seu interesse, no momento oportuno, sob pena de, não o fazendo, renunciar a tal tratamento.
      1. O tratamento favorecido a que se refere o subitem acima se dará de duas formas, quais sejam:
10. Para os itens com valor total estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/06;
11. Para os itens com valor estimado acima de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), haverá reserva do percentual de **20% (vinte por cento)** exclusivamente para a concorrência entre microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, na forma do disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/06, cabendo ampla concorrência para o percentual restante de 80% (oitenta por cento), inclusive com participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.
    * 1. A obtenção dos benefícios a que se refere o subitem 9.1.1 fica limitada às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
      2. Não será concedido tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da LC 123/06:
12. No caso de licitação para aquisição de bens, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
    * 1. Quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme disposto no art. 49, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/06, a totalidade do objeto licitado passará à ampla concorrência, participando tanto microempresas ou empresas de pequeno porte, quanto também empresas assim não enquadradas.
13. DAS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO
    1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, não havendo elementos que justifiquem tal participação no objetivo em apreço. O objeto em questão não se reveste de alta complexidade, tratando-se de simples aquisição de mobiliário específico composto por estantes, prateleiras, armários, estações de trabalho e gaveteiros.
14. DA PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS
    1. Será vedada a participação de Sociedades Cooperativas, tendo em vista a natureza do objeto a ser contratado, bem como considerando a vedação contida no Art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5 de 26 de maio de 2017 c/c Instrução Normativa SEGES/MP nº 98 de 26 de dezembro de 2022.
15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

**Das Obrigações da Contratada**

* 1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
  2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;
  3. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
  4. Fornecer todos os elementos necessários ao cumprimento do objeto contratual, vedada a alegação, em qualquer caso, da falta de equipamentos, materiais ou insumos;
  5. A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do objeto;
  6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
  7. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos mobiliários no Almoxarifado Farmacêutico, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput e §1º;
  8. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos mobiliários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FEMAR, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;
  9. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;
  10. Acatar as instruções emanadas da fiscalização;

**Das Obrigações da Contratante**

* 1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos mobiliários recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
  3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
  4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos fiscais de contrato;
  5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
  6. Designar funcionários, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;
  7. Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
  8. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;
  9. Anotar em registro próprio e notificar a Contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido.

1. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS
   1. As propostas apresentadas no certame licitatório deverão ser válidas por, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do certame, na forma do art. 90, §3º da Lei n.º 14.133/2021, a saber:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

(...)

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

1. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO
   1. O valor deverá ser estimado **após pesquisa de mercado a ser realizada pela Superintendência de Compras**, nos termos do Decreto Municipal nº. 936/2022;
2. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. Os recursos orçamentários decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos informados pela Diretoria Financeira, conforme art. 12º, inciso IV do Decreto nº. 936/2022.
3. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 14.133, de 2021, o Contratado que:
      1. der causa à inexecução parcial do contrato;
      2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
      3. der causa à inexecução total do contrato;
      4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
      5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
      6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, na forma do item 13;
      7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
      8. apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
      9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
      10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
      11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
      12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
   2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
      1. **Advertência**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);
      2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);
      3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
      4. **Multa:**
   3. moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
   4. administrativa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
   5. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
   6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
      1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
      2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
      3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez)dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
   7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
   8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

* 1. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
  2. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
  3. As multas serão aplicadas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

**TABELA 1**

**CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **NÍVEL** | **CORRESPONDÊNCIA**  **(por ocorrência sobre o valor global do Contratada)** |
| 1 (menor ofensividade) | 0,2%. |
| 2 (leve) | 0,4%. |
| 3 (médio) | 0,8%. |
| 4 (grave) | 1,6%. |
| 5 (muito grave) | 3,2%. |
| 6 (gravíssimo) | 4%. |

* 1. As gradações dispostas na tabela acima, somadas, limitar-se-ão ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, na forma estabelecida no subitem 16.2.4.
  2. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela FEMAR, que notificará a Contratada.

**TABELA 2**

**INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **INFRAÇÃO** | | |
| **Item** | **Descrição** | **Nível** |
| 1 | Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expresso acordo do Contratante. | 6 |
| 2 | Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras. | 6 |
| 3 | Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do Contratante. | 5 |
| 4 | Utilizar o nome do Contratante, ou sua qualidade de Contratada, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos. | 5 |
| 5 | Deixar de relacionar-se com o Contratante, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato. | 3 |
| 6 | Deixar de se sujeitar à fiscalização do Contratante, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do Contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados. | 4 |
| 7 | Deixar de responsabilizar-se pelos mobiliários entregues, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material ou objeto que não atenda aos critérios especificados neste termo. | 6 |
| 8 | Não zelar pelas instalações do Contratante | 3 |
| 9 | Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço. | 6 |
| 10 | Deixar de responsabilizarem-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço. | 6 |
| 11 | Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho. | 6 |
| 12 | Deixar de manter nas dependências do Contratante, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança. | 2 |
| 13 | Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação. | 6 |
| 14 | Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes. | 2 |
| 15 | Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante e a terceiros. | 6 |
| 16 | Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do Contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações. | 4 |
| 17 | Deixar de resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do Contratante e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continue na prestação dos serviços. | 3 |
| 18 | Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito. | 6 |
| 19 | Deixar de relatar à Contratante toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento. | 5 |
| 20 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto. | 5 |
| 21 | Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado. | 3 |
| 22 | Retirar das dependências da FEMAR quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia. | 3 |
| 23 | Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes. | 6 |

1. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL
   1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;
   2. A rescisão unilateral do Contrato a ser firmado poderá ser determinada pela FEMAR, de acordo com o inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, com as consequências elencadas no art. 139 do referido diploma legal e sem prejuízo das demais sanções impostas pela lei e por esse Termo de Referência;
   3. Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do Art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
   4. As formas de rescisão estão previstas no Art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;
   5. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
   6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
   7. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
2. DO FORO
   1. Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do respectivo contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 10 de janeiro de 2024.

|  |  |
| --- | --- |
| **Elaborado por,**  **Maria Victória Madacon**  Assistente  Gerência de Instrução Processual  Diretoria Administrativa  Mat.: 3.300.224 | **Responsável técnico,**  **Fabio Sotero**  Superintendente de Suprimentos  Diretoria Administrativa  Mat.: 3.300.016 |

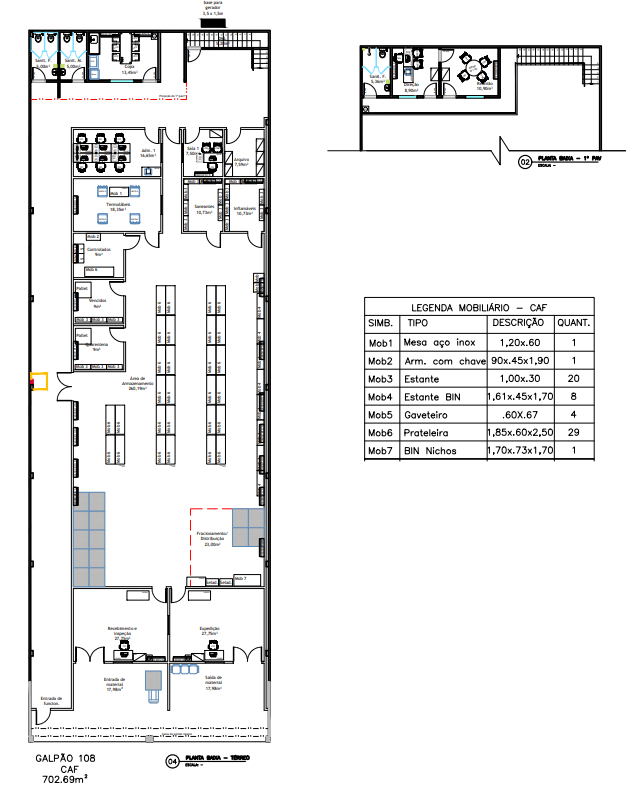
**Conferido e de acordo,**

**Daniel Ferreira da Silva**

Diretor Administrativo

Mat.: 3.300.002

**ANEXO A – *PLANTA DO ALMOXARIFADO FARMACÊUTICO***



Maricá,10 janeiro de 2024.

**Responsável técnico,**

**Fabio Sotero**

Superintendente de Suprimentos

Diretoria Administrativa

Mat. 3.300.016

**De acordo,**

**Daniel Ferreira da Silva**

Diretor Administrativo

Mat. 3.300.002

**ANEXO B - NOTA TÉCNICA**

* 1. Tendo em vista a necessidade de apresentar justificativa técnica para a especificação de marca referente ao mobiliário do almoxarifado farmacêutico, esclarecemos que este mobiliário solicitado armazenará insumos e medicamentos, que são considerados produtos para a saúde.
  2. Considerando a nova lei de licitações (lei 14.133/2021), em seu artigo nº 41, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

*I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:*

*a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;*

*b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;*

*c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;*

*d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;*

* 1. Para a definição das especificações, foi levado em consideração a necessidade de um armazenamento correto e seguro dos medicamentos e matérias supracitados. A capacidade referida evocou dois princípios de grande importância para a realização de aquisições na administração pública, que podem ser definidos como:

1. **Economicidade:** Princípio que objetiva a minimização dos gastos públicos, sem comprometimento dos padrões de qualidade. Visto que, apesar dos valores cotados pela LANCO LTDA serem superiores aos outros listados, o produto ofertado por essa empresa tem maior durabilidade levando a uma economia a longo prazo.
2. **Eficiência:** O objetivo principal da eficiência é otimizar o uso de recursos e maximizar a produtividade ou o desempenho, reduzindo ao mesmo tempo os custos, o desperdício e o impacto ambiental.
   1. Considerando o material utilizado para a fabricação dos itens especificados no ETP. A LANCO LTDA utiliza o acabamento por meio da fosfatização. No acabamento fosfatizado, a lâmina de aço é revestida por uma camada de fosfato de manganês, através do processo de fosfatização, o que protege a superfície do aço contra a oxidação, aumenta sua resistência ao desgaste ao enferrujamento, dando maior durabilidade, facilitando a higienização e desinfecção, e com isso reduzindo a presença de contaminantes na superfície do material. Cabe ressaltar que Maricá, geograficamente está localiza em uma região costeira, com alto índice de maresia.
   2. Outra técnica utilizada no acabamento do itens fornecidos pela LANCO é a utilização de pintura eletrostática a pó. Esta técnica tem algumas vantagens, como a contribuição para diminuição da agressão ao meio ambiente pelo fato de não usar a adição de solventes, além de não gerar poluentes, maior resistência à corrosão e durabilidade.
   3. Considerando ainda o padrão da qualidade do produto a ser adquirido, cabe informar que segundo a empresa em questão, sua Gestão da Qualidade é realizada por meio do cumprimento à norma ABNT NBR ISO 13485:2016 – Produtos para saúde: Sistemas de Gestão da Qualidade, cujos Requisitos Regulatórios aplicáveis são operacionalizados através do Sistema de Gestão da Qualidade, implementado desde 2008.
   4. Ela também estabelece que cumpre as diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC 16/2013 – Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos, desde 2014.

*“Este Regulamento Técnico estabelece requisitos aplicáveis à fabricação de produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso in vitro. Os requisitos descrevem as Boas Práticas de Fabricação (BPF) para métodos e controles usados no projeto, compras, fabricação, embalagem, rotulagem, armazenamento, distribuição, instalação e assistência técnica dos produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso in vitro. Eles destinam-se a assegurar que os produtos médicos e produtos para diagnóstico de uso in vitro sejam seguros e eficazes.”*

* 1. Ainda segundo a empresa, todos os produtos Eletromédicos fabricados e fornecidos são certificados de acordo com os requisitos da norma ABNT NBR IEC 60601 – Requisitos Gerais para Segurança Básica e Desempenho Essencial e também pela ABNT NBR IEC 62366 –Produtos para a saúde: Aplicação da engenharia de usabilidade a produtos para a saúde.
  2. Portanto, com base na explanação acima, comunicamos que em relação ao mobiliário citado anteriormente, estes devem ser da marca LANCO e com isso, solicitamos prosseguimento do processo de cotação com fornecedores.

Maricá, 10 de janeiro de 2024.

**Responsável técnico,**

**Nathália Silva de Jesus**

Mat. 3300215

Gerente de Almoxarifado Farmacêutico

Diretoria administrativa

**Conferido e de acordo,**

**Fabio Sotero**

Mat. 3300016

Superintendente de Suprimentos

Diretoria Administrativo

**De acordo,**

**Daniel Ferreira da Silva**

Diretor Administrativo

Mat. 3.300.002

1. Códigos CATMAT n.º 445484 e n.º 445485; [↑](#footnote-ref-1)
2. Códigos CATMAT n.º 606522, n.º 606523, n.º 606524, n.º 603269 e 463990. [↑](#footnote-ref-2)